

**VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo**  
**II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo**  
**Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo**  
**12, 13 e 14 de setembro de 2012 - Rio de Janeiro/RJ**

**“Configurações do Risco nas Compras de Alimentos em Supermercados do Rio de Janeiro”**

Flávia Galindo<sup>1</sup>  
Alexandre Escobar<sup>2</sup>  
Anderson Renon<sup>3</sup>  
Hueider Guerreiro<sup>4</sup>  
Jony Cipolatti<sup>5</sup>  
Mario F. Mendes<sup>6</sup>

**Resumo**

As ansiedades no consumo alimentar demandam investigações que consigam incorporar novas dimensões correlacionais para que possam ser interpretadas. Ao mesmo tempo, observa-se que o varejo supermercadista tem sido categorizado como o principal condutor e tomador de decisões nas questões do abastecimento doméstico e do consumo alimentar nas sociedades contemporâneas. Estas duas premissas alicerçaram a elaboração desta pesquisa que se propôs a observar o comer como um fato social constituído de práticas e suas representações. O estudo foi delineado a partir das primeiras tentativas de construir e validar um instrumento de avaliação dos riscos associados aos alimentos adquiridos em supermercados para o abastecimento e consumo familiar. Foram entrevistados 86 compradores de supermercados do Rio de Janeiro, que responderam ao instrumento construído com base na literatura e em dados secundários, e a análise fatorial apontou que os subgrupos do instrumento podem ser considerados como três instrumentos independentes para as inferências nos riscos associados ao comer das famílias.

**Palavras-chave:** Supermercados, Risco, Consumo Alimentar.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais - CPDA/UFRRJ, Mestre em Gestão e Estratégia em Negócios (PPGEN/UFRRJ), Docente (DCAC/ICHS/UFRRJ) e pesquisadora do Grupo de Estudos do Consumo. E-mail: flaviagalindo@uol.com.br

<sup>2</sup> Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e integrante do Grupo de Estudos do Consumo. E-mail: aae.escobar@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e integrante do Grupo de Estudos do Consumo. E-mail: andersonrenon@gmail.com

<sup>4</sup> Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e integrante do Grupo de Estudos do Consumo. E-mail: hueiderguerreiro@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Graduação em Administração (UFRRJ) e integrante do Grupo de Estudos do Consumo. E-mail: jony.cipo@hotmail.com

<sup>6</sup> Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e integrante do Grupo de Estudos do Consumo. E-mail: mariof.mendes@hotmail.com

## **1 – Introdução**

O varejo supermercadista tem sido categorizado como o principal condutor e tomador de decisões nas questões do abastecimento doméstico e do consumo alimentar nas sociedades contemporâneas. Os supermercados diluem as fronteiras entre produção e consumo, construindo novas noções de qualidade (GUIVANT *et al*, 2010) que, ainda assim, são incapazes de isentar a alimentação de riscos, expondo as incertezas que afetam a confiança da população de maneira reflexiva (MENASCHE, 2003).

Este é o pano de fundo que contextualiza a pesquisa sobre os processos de representação social de riscos e construção de confiança pelos compradores de supermercados. Com especial interesse no âmbito cultural da família e nos aspectos de sociabilidade, preocupamo-nos com a representação que os consumidores elaboram sobre os possíveis riscos dos gêneros alimentícios adquiridos no supermercado, bem como as estratégias de redução e enfrentamento dos mesmos no momento da manipulação e consumo dos alimentos em casa. O recorte desta pesquisa prioriza o comprador, que se constitui em um dos atores envolvidos nas práticas das famílias, aqui compreendidas como unidades de produção e consumo. Definimos “família” como o conjunto de pessoas que moram em uma mesma habitação (Lien, 2004), e temos interesse nas famílias que usam a cozinha para preparar a comida consumida em casa.

O projeto de pesquisa articulou uma análise de dados institucionais, combinada com uma pesquisa exploratória para o desenvolvimento da ferramenta. O instrumento na forma de questionário semi-estruturado, foi aplicado por pesquisadores que interagiram com uma amostra de 86 compradores de alimentos em quatro supermercados da cidade do Rio de Janeiro/RJ – Prezunic, Extra, Carrefour e Berg’s - em diferentes bairros do município do Rio de Janeiro (Barra da Tijuca, Campo Grande, Guadalupe, Jacarepaguá) e do município de Seropédica/RJ (Poulain & Proença, 2003).

Além de informações demográficas, o questionário levantou, preliminarmente, possíveis representações de riscos e confiança nos alimentos, e entende que resultados mais substanciais podem ser obtidos com o aumento da amostra e, também, com a associação com métodos qualitativos de investigação densa. Contudo, o instrumento não só foi validado em bases quantitativas pelo SPSS como ferramenta de análise, como a realização das entrevistas permitiu captar algumas reações e observações

comportamentais que integram os resultados deste trabalho a partir da técnica de observação participante.

## 2. Bases teóricas

O varejo é um setor extremamente dinâmico da economia, que se reformulou e continua se reformulando a partir do surgimento do varejo eletrônico<sup>7</sup>, da transformação do varejo para um negócio de alta tecnologia<sup>8</sup> e do crescimento dos serviços de varejo, que se alinham com novas exigências como ambientalização e politização do consumo. Como um fenômeno recente, a internacionalização do varejo tem sido alvo de estudos focados na globalização do sistema agroalimentar (Flexor, 2007). Ainda que os supermercados enfrentem uma concorrência acirrada com outras cadeias, é um setor que permanece vendendo mais de 75% dos produtos alimentares, tais como carne, mercadorias enlatadas, alimentos congelados, derivados do leite, pães e frutos do mar, pois é o local preferido para as compras de mercadorias (Levy, 2000). O setor supermercadista

“no contexto internacional passou a assumir novos papéis no abastecimento de alimentos (especialmente *in natura*), no controle de sua qualidade, na seleção de produtos a serem colocados nas prateleiras, e crescentemente com investimentos na área produtiva. Os supermercados seriam atualmente agentes centrais no processo de transformação da esfera do consumo alimentar”. (Guivant *et al.*, 2010:8)

Ato contínuo, constata-se a existência de ansiedades e tensões associadas ao consumo alimentar a partir da reflexão sobre os riscos que advém da complexificação e dos impactos da vida moderna, bem como dos modos de vida contemporâneos, em circunstâncias de incerteza e reflexividade (Giddens, 1991; Beck, 1997). As formulações teóricas sobre a “sociedade de risco” apresentam o risco como a decorrência das ações humanas que visavam o desenvolvimento e o progresso, e que resultaram em ameaças ao homem e ao ecossistema - o que, metaforicamente, poderia

---

<sup>7</sup> Ainda é uma aposta para o futuro, pois as vendas pela internet ainda são consideradas pequenas, apesar do seu potencial de formato ser considerado bastante elevado.

<sup>8</sup> O uso de tecnologia de informação e comunicação passa a ser determinante, com o uso de dados coletados a cada transação, gerando conexões e práticas produtivas. Este modelo de negócios já tem sido experimentado com relativo sucesso por algumas organizações, a partir das informações de venda *on time*.

ser compreendido como a “Vitória de Pirro”<sup>9</sup>. Trata-se de um paradoxo que gera na sociedade uma sensação de desconfiança, já que a ciência não se mostra capaz de resolver os riscos que cada vez mais se configuram como imprevisíveis e, até mesmo, irreversíveis à percepção humana (Beck, 1997).

Nas análises de Giddens (1991), os modos de vida atuais nos separam de todos os tipos de ordem social tradicionais, de uma forma sem precedentes, fazendo com que as tradições percam seu lugar privilegiado, e colocando os indivíduos diante de duas configurações: viver em uma época de incertezas manufaturadas<sup>10</sup>, por um lado, e de reflexividade<sup>11</sup>, por outro. O consumo de alimentos nos países em desenvolvimento tem se caracterizado por uma transformação provocada pela urbanização, pela modernização do processo produtivo e pela participação na economia mundial. A mídia tem noticiado e evidenciado tanto as mais recentes pesquisas científicas como as situações de risco das sociedades contemporâneas. Tais informações abrem espaço para uma situação de incerteza que afeta a confiança da população, gerando reflexividade (MENASCHE, 2003).

Neste ambiente difuso e de muitas incertezas, Beck (1997) propõe observar como as crises alimentares, em geral com epicentro na Europa, deflagraram uma crise de confiança do consumidor, impactando a economia, e colocando em perspectiva o papel da ciência, da tecnologia, a percepção da sociedade e seu próprio “desencantamento”. Guivant (2001) sugere que uma baixa e quase ausente manifestação da população brasileira na questão de crises alimentares possa estar associada a “uma atitude de resignação ou indiferença frente aos possíveis riscos junto com o desconhecimento de sua dimensão” (ibid, 2001:107), como se o Brasil não fosse sensível às crises alimentares que geram pânico em outros países. Contudo, a autora alerta que, se o país

---

<sup>9</sup> Esta expressão tem origem em Pirro (318 a.C.-272 a.C.), Rei de Épiro, antiga região da Grécia (atualmente Albânia), que tonrou-se famoso por ter sido um dos principais opositores romanos. Ao vencer as batalhas de Heracléia e Ásculo, com um número considerável de baixas (4.000 e 3500 vidas, respectivamente), teria dito ao ser cumprimentado pelas vitórias: "Mais uma vitória como esta, e estou perdido." Usamos a Vitória de Pirro como uma analogia para entender a sociedade de risco, uma vitória de altos custos que acarreta prejuízos para quem a vence, ou ainda, uma fase bem sucedida em relação à modernidade que tem que arcar com os altos custos de sua “vitória”.

<sup>10</sup> Na visão de Giddens (1991), as incertezas manufaturadas constituem-se nas diversas circunstâncias de riscos as quais a sociedade contemporânea está exposta, como por exemplo, a possibilidade de uma guerra nuclear. Conseqüentemente, os riscos manufaturados surgem como o produto da interferência do homem na natureza e na vida em sociedade.

<sup>11</sup> Sobre a reflexividade, Giddens (1991) argumenta que os discursos possibilitam a transformação da realidade da qual o próprio discurso foi elaborado. Esse fenômeno permite que o indivíduo escolha e decida sobre aspectos da vida cotidiana, como o consumo e sexualidade, para citar alguns campos de atuação. Ainda que a reflexividade problematize a auto-identidade individual, o autor entende a reflexividade como autonomia de ação.

não é sensível a tais crises mundiais, isso não quer dizer que os consumidores não questionem a eficiência de um sistema de segurança alimentar que assegure uma alimentação livre de riscos e totalmente confiável. Tal sistema seria visto como passível de erros a partir de falhas dos agentes de fiscalização, na equivocada e parcial implementação das políticas de segurança, desvios e denúncias, entre outras situações.

Para além do contexto apresentado, aceita-se que o campo do consumo ainda necessite de um fortalecimento teórico, o que possivelmente explica a produção de restritos estudos de caso (em sua maioria sobre moda e publicidade), que tentam compreender os simbolismos e construção identitária do consumidor. Este caminho acadêmico foi importante, mas tem suas limitações quando coloca o indivíduo em situação exclusiva de escolha, como se ele sempre sofresse coerção para escolher um produto e/ou serviço a partir de um leque de opções, restando aos pesquisadores o esforço em compreender os aspectos subjetivos envolvidos nessas escolhas (WARDE, 2005). São, portanto, opções de investigação que se mostram parciais por substancializarem o consumidor, em detrimento das reais possibilidades que as relações de consumo entre consumidor e sistema produtivo são capazes de suscitar. Pode-se enriquecer e ampliar os estudos sobre o consumo ao considerarmos que as teorias da prática mostram-se flexíveis e dão conta da pluralidade social sem recair no relativismo epistemológico, contra tentativas abstratas, individualizadas e esparsas (WARDE, 2005).

Isso se complexifica com o consumo alimentar, pois, de fato, existe complexidade no trato dos hábitos alimentares graças à vasta bibliografia do tema e pelas diversas dimensões da alimentação, tais como a nutricional, simbólica, social, histórica e a política/ideológica, que se relacionam com as posturas éticas e morais. As últimas décadas trouxeram uma transformação no ato de comer e na alimentação, acompanhada por uma expansão dos estudos nas áreas de sociologia e antropologia da comida. Grande parte dessa produção, no entanto, trata da alimentação, demonstrando uma lacuna acadêmica sobre o comer e os hábitos alimentares, que costumam ser analisados através de dados relativos à produção ou ao consumo agregado (BARBOSA, 2007).

A comida é uma mediadora social, símbolo cultural que pode ser entendida como arte e recurso natural, podendo ser melhor compreendida em estudos holísticos. A função essencial da comida é a sua capacidade de fazer conexões entre “natureza e cultura, produção e consumo, família e sociedade, individual e coletivo, a esfera pública e a privada, corpo e mente, moral e mercado” (LIEN & NERLICH, 2004: 9). A forma

como se come e o que se come constitui o homem, que difere de outros elementos da natureza por modificar consideravelmente a cadeia trófica através do fogo, da tecnologia aplicada à agricultura e à indústria alimentar. O comer é um ato agrícola, político e ecológico, que pode significar como usamos o planeta e que destino o homem traça com o comer (POLLAN, 2009:21-22).

É possível, portanto, unir os estudos sobre os riscos sociais e o consumo alimentar quando observamos que as ansiedades humanas se potencializam por conta da diversidade de fontes de informação disponíveis e contraditórias sobre alimentação, fato que se agrava quando as escolhas se amparam também em valores ambientais, sociais e éticos, com o amplo repertório de temas técnicos que avançam em arenas científicas (GIDDENS, 1991; BECK, 1997; MENASHE, 2003; AZEVEDO, 2009; PORTILHO, 2009; POLLAN, 2009). Muito do que se diz sobre os processos de produção e processamento dos alimentos e sua globalização se aplica a uma série de outros tipos de produtos. Contudo, a comida se constitui em um fenômeno único, pelas possibilidades de ser compreendida como uma mediadora entre o corpo do indivíduo (“você é o que você come”), o lugar e a nação (LIEN e NERLICH, 2004). No supermercado, por exemplo, concretiza-se a globalização, tanto na forma e conteúdo dos alimentos, como na observação das esferas local x global (MILLER, 2002; AZEVEDO, 2008). O ato de comer transborda os limites das necessidades fisiológicas e orgânicas:

“Somente um pequeno número de animais ou vegetais são, em cada cultura, considerados “bons de comer”. No conjunto das populações estudadas, assim como em qualquer outro grupo cultural, parte-se de uma dicotomia inicial que opõe “comestível” a “não comestível””. (WOORTMANN, 1978:42)

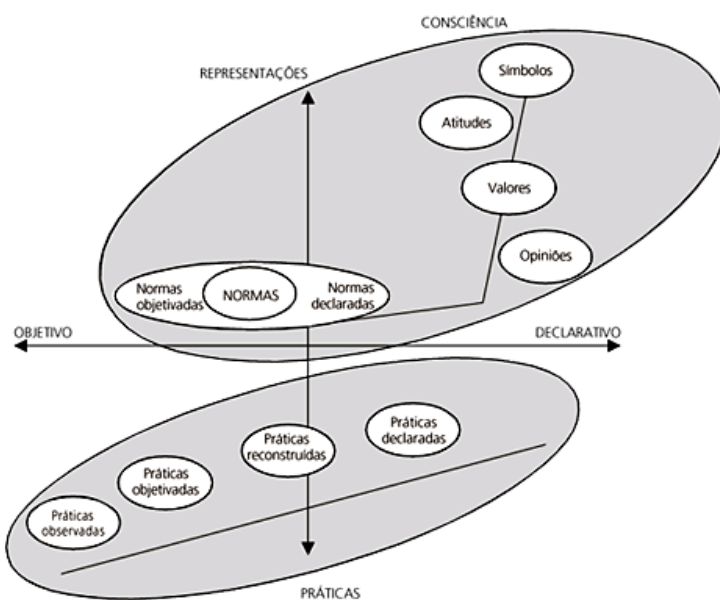
A mesma mídia de massa que divulga os novos produtos da indústria alimentícia tem disseminado informações médico-nutricionais com grande intensidade, colocando a ciência ao alcance dos indivíduos, governo e instituições e unindo questões de ordem pública e privada, sugerindo alta reflexividade temática (GIDDENS, 1991; BECK, 1997). Constata-se o fenômeno da “medicalização da alimentação”, onde os discursos nutricional e médico sobre a alimentação saudável reforçam o conceito do alimento em detrimento da comida. É esta tendência que passa a definir uma dieta orientada para os nutrientes e os benefícios de um corpo saudável, que independe dos prazeres do sabor, do gosto e da tradição (BARBOSA, 2007). Com essa perspectiva, comida pode se

posicionar como o remédio que salva, quando sadia, ou como o veneno que mata, quando não se observam certas restrições alimentares (WOORTMANN 1978).

A profusão de metodologias usadas nos estudos no campo alimentar é um problema observado por diversos pesquisadores, e que resulta na produção científica de informações com distintos graus de qualidade (Poulain & Proença, 2003). Um mesmo grupo em um mesmo local e hora observados em sua prática de comer produzirá uma gama de informações que provavelmente serão diferentes das informações geradas por meio de entrevistas com este mesmo grupo, ainda que as indagações sejam apenas sobre a mesma prática do comer. Sugere-se, portanto, observar que, nas pesquisas sobre alimentação, os fatos/dados se situarão entre um extremo tido como mais objetivo até o outro extremo subjetivo, em um mesmo fenômeno.

Na ponta objetiva, temos “as práticas observadas, as práticas objetivadas pelos seus traços, as práticas reconstruídas com a ajuda de instrumentos de anamnese” (Poulain & Proença, 2003:367). E esta ponta objetiva deve ser o ponto de partida para a própria pesquisa, onde, a partir da base comum edificam-se novas elaborações, conforme figura 01.

**Figura 1. Os níveis do fato alimentar**



Fonte: Poulain & Proença, 2003:268.

## 2. Metodologia

A seguir explicaremos a adoção de um critério estatístico e teórico para entender uma realidade, capturando possíveis fatores que explicariam comportamentos e atitudes dos riscos de comer em casa.

Para investigar as relações entre consumidor e supermercado, na perspectiva da representação dos riscos do consumo alimentar, optou-se por um levantamento estatístico, com coleta de informações quantitativas sobre riscos alimentares com compradores de supermercados, durante as suas compras, como forma de se obter um conjunto de informações iniciais, e uma maior aproximação com o objeto. Também objetivamos que esta pesquisa de cunho exploratório se integrasse à coleta de dados de cunho econômico e demográfico, que estão disponíveis em institutos de pesquisa como IBGE<sup>12</sup>, IPEA<sup>13</sup>, FGV<sup>14</sup> e ABEP<sup>15</sup>, na tentativa de compreender melhor as categorizações sobre famílias enquanto consumidores.

A elaboração do questionário o divide em dois conjuntos de dados: o primeiro conjunto se destina à captura dos dados demográficos sobre os respondentes, e o segundo conjunto se refere à percepção dos riscos no consumo de alimentos. As questões de cunho demográfico partem do conceito de família utilizado pelo IBGE e IPEA, e contempla algumas inferências de da FGV e ABEP.

Aceitamos as configurações do IBGE, que tem sido o principal produtor de dados nacionais, e foi o responsável pelo último censo demográfico realizado em 2010. O

---

<sup>12</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>13</sup> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

<sup>14</sup> FGV - Fundação Getúlio Vargas. Se o IBGE e o IPEA não utilizam o termo “classe” para elaborar as suas análises, observamos que a FGV tem feito esforços na compreensão da mobilidade das camadas populares (também denominadas como classes D e E) para as classes superiores. A FGV esclarece que a opção pelo termo “classe” diz respeito à investigação sobre as famílias e não somente aos indivíduos, uma vez que a solidariedade no núcleo familiar é que transforma os rendimentos em consumo na unidade domiciliar.

<sup>15</sup> ABEP - Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa. Trata-se de uma entidade que opera com um novo critério de estratificação social, reformulado e apresentado publicamente em abril/2011. A ABEP tem representatividade por reunir 180 empresas de pesquisa de mercado do país, reunindo filiados que respondem por 90% dos negócios do setor e os interesses e condutas das empresas que realizam pesquisa de mercado, opinião e mídia. Todas essas empresas adotaram o critério comum, que em um cenário difuso proporciona a condição de comparação, ou ainda, a unicidade para avaliar o potencial de compra dos consumidores e famílias urbanas por parte das empresas. A mudança também empreende pragmaticamente que o mercado diz respeito apenas às classes econômicas, por meio de bens, e sem considerar a renda familiar. O novo critério de segmentação econômica é denominado CCEB - Critério de Classificação Econômica do Brasil, e o instrumento considera as características dos domicílios (tanto na presença como na quantidade de itens que uma moradia possui e que traduzem o conforto, etilo de vida e até mesmo a escolaridade do “chefe” de família). A metodologia pontua os itens encontrados e gera uma estratificação econômica em 8 níveis denominados: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. A entidade alega que tais níveis indicam o poder aquisitivo e não podem ser considerados como “classes sociais”.



IBGE apurou dados de todos os domicílios brasileiros, totalizando uma população de 190.732.694 indivíduos em 67,6 milhões de lares, distribuídos em 5.565 municípios (IBGE, 2011). Como o censo ocorre em grandes intervalos de tempo, anualmente o IBGE investiga as famílias brasileiras por meio das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). A concepção de família do IBGE está diretamente associada à unidade domiciliar, que consiste no “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica, ou normas de convivência residentes na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que more só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 2011). Além do PNAD e do Censo, o IBGE também é o responsável pela realização da POF – Pesquisa de Orçamentos familiares, realizada em parceria com o Banco Mundial, cuja última edição (quinta) foi realizada no biênio 2008-2009, com a meta de tornar-se uma série contínua. Mais do que investigar os rendimentos das famílias, a POF inclui a análise das despesas efetuadas, inclusive com alimentação, para que se possa retratar os orçamentos domésticos. A família, na concepção da POF, segue a mesma proposta do PNAD, baseando-se nas unidades domiciliares.

Consideramos, também, o que nos diz o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão responsável pela publicação do Índice de Expectativas das Famílias (IEF), cujos dados derivam de pesquisas mensais realizadas em 3.810 domicílios em mais de 200 municípios brasileiros para compreender o que as famílias pensam e suas expectativas econômicas no futuro. O IPEA é particularmente interessante uma vez que articula os dados econômicos das famílias com os estudos sobre confiança, posto que a “confiança das famílias atua como fator redutor ou indutor do crescimento econômico” (IPEA, 2011). Por esse motivo, a estratificação da renda não se constituiu no ponto de partida e apenas se integra ao conjunto de dados levantados como forma de nos aproximar do universo dos participantes.

A elaboração do segundo conjunto de dados do instrumento de pesquisa se baseou nos trabalhos sobre os riscos na modernidade (Giddens, 1991, Beck, 1997), e sobre o comer na perspectiva antropológica que integra aspectos culturais relevantes (Barbosa, 2007, 2009; Guivant *et al.*, 2010; Lien e Nerlich, 2004; Menashe, 2003; Portilho, 2009; Warde *et al.*, 2007; Woortmann, 1978). Por esse motivo, o instrumento não se preocupa em apurar homogeneidades estruturantes e categóricas de recortes econômicos, mas sim em utilizar um recurso estatístico que contribui para as inferências necessárias sobre o tema em questão.

### 3. Procedimento

Pode-se considerar a entrevista como uma forma de interação social entre indivíduos, com o propósito de uma das partes em coletar informações da outra parte. Trata-se de uma técnica utilizada intensamente no trabalho de campo, para que se possa obter dados objetivos e, principalmente, subjetivos, que dizem respeito aos valores, opiniões e formas de pensar dos entrevistados (Boni & Quaresma, 2005). Neste projeto, optamos pela entrevista semi-estruturada, que combina perguntas abertas e fechadas, para que nossos informantes tivessem mais liberdade em expor seus pareceres sobre o tema em análise. Para esse fim, todas as questões foram previamente formuladas, para que fossem apuradas no próprio ambiente onde realizam as compras, ou seja, nos espaços dos supermercados (Boni & Quaresma, 2005). O questionário também considerou algumas questões que emergiram no projeto, orientando a preparação do instrumento de pesquisa, em forma de questionário, respondido por entrevista, a saber: quem compra em supermercados, o que este comprador pensa sobre os riscos do comer em casa, quais os fatores de riscos em hábitos alimentares que mais preocupam os compradores de supermercados, que alimentos que os compradores de supermercado fazem maior associação com o termo “riscos”, e que alimentos os compradores de supermercados indicam como sendo os de maior consumo da família.

Após uma primeira formulação de questionário, realizamos uma avaliação semântica e de conteúdo onde o questionário foi testado pelos pesquisadores com 10 respondentes de diferentes idades e nível de formação, que tinham em comum o hábito de fazerem as compras do lar nos supermercados, processo denominado por Pasquali (1999) como análise semântica dos itens. Alguns pequenos ajustes foram feitos, pois, em estudos estatísticos, de base quantitativa, é essencial testar e validar o instrumento (Santos *et al.*, 2008).

Do problema de pesquisa, optamos por excluir do questionário as perguntas que evocariam a compreensão sobre as consequências de práticas alimentares “equivocadas” ou de risco, que causam danos à saúde do corpo<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Na investigação preliminar que levou à elaboração deste questionário, encontramos publicações que focalizavam tais consequências de acordo com a seguinte clivagem: a) riscos alimentares que podem causar câncer (ver mais no site do INCA), b) riscos alimentares que podem causar problemas generalizados cardiológicos e/ou de diabetes (artigos científicos de nutricionistas e estudos sobre a pirâmide nutricional), c) riscos alimentares que podem gerar obesidade (publicações sobre as questões estéticas e do corpo magro).

Reelaborado, o instrumento de pesquisa foi aplicado de forma individual. Todos os questionários aplicados foram numerados para maior controle das respostas e para a auditoria da pesquisa e nenhum questionário foi eliminado por erros de preenchimento ou por outro motivo que o invalidasse. Nossa população é composta por 86 indivíduos que concordaram em serem entrevistados enquanto faziam compras nos supermercados.

Os respondentes têm idade média de 42,48 anos de idade ( $dp = 13,784$ ), variando de 17 a 71 anos, e além da variável contínua idade, foram consideradas as seguintes variáveis que pretendemos utilizar nas análises para compor possíveis perfis de comportamento: sexo, estado civil, grau de escolaridade e faixa de renda (critério IBGE – salários mínimos), conforme tabela 01:

**Tabela 01. Descrição dos participantes do estudo**

Sexo	Masculino	39	Feminino	46
Estado Civil	Casados	39	Separados	12
	Solteiros	28	Viúvos	5
Escolaridade	Ensino fundamental	10	Ensino Superior	41
	Ensino médio	33	Pós-graduação	3
Renda	Até R\$ 545,00	3	De 2726,00 a 5350,00	28
	De R\$ 546,00 a R\$ 1090,00	2	De R\$ 5351,00 a 10.700,00	12
	De R\$ 1090,00 a R\$ 1635,00	10	Acima de R\$ 10,700,00	1
	De 1636,00 a R\$ 2725,00	30		

Fonte: Análise da pesquisa (SPSS)

#### 4. Análise

A primeira etapa analítica reside na análise descritiva de todos os dados, realizada no SPSS 19.0 - *Statistical Package for the Social Science* versão *Windows*, posto que é necessário testar o instrumento de pesquisa que está sendo aplicado pela primeira vez, no próprio programa.

O objetivo no estudo foi evidenciar as possíveis correlações entre as percepções de riscos nos alimentos e as percepções de riscos da cadeia de abastecimentos, ou seja, capturar o que resulta da relação reflexiva entre o consumidor e a cadeia produtiva, e que se traduz nos riscos do comer em casa, que às vezes podem resultar desconhecidos ou naturalizados pelos comedores. Assim, a metodologia de pesquisa enfrentou a subjetividade dos dados a serem coletados, o que a constituiu como uma pesquisa exploratória em base quantitativa.

Os itens do instrumento inicial do estudo foram compostos a partir de consulta a literatura e aos dados secundários, integrando:

- i) o conceito POF/IBGE que conceitua a família a partir da noção de unidade de consumo e unidade de orçamento, onde “família” são o(s) indivíduo(s) que mora(m) sob o mesmo teto e compartilham experiências domésticas;
- ii) as possíveis representações de riscos capturadas pelos pesquisadores em artigos acadêmicos e jornalísticos, posto que as diversas informações sobre risco partem de diferentes fontes científicas, a saber: os riscos na cadeia de segurança alimentar (que envolvem produção e consumo); os riscos do próprio alimento como algo difuso e imbricado nas descobertas científicas, como é o caso dos grãos transgênicos, por exemplo; e, ainda, os riscos no que se come a partir da interferência da cultura nas práticas alimentares;
- iii) a categorização dos alimentos classificados de acordo com a POF/IBGE.

Desse material, o instrumento construído constou de 3 subgrupos distintos de itens, denominados como “PREOCUPAÇÃO” (que traz a preocupação dos indivíduos com os riscos inerentes aos seus hábitos alimentares), “RISCOS” (que traz os alimentos com maior probabilidade de riscos percebidos) e “CONSUMO” (que traz a intensidade no consumo dos alimentos).

Visando a validação empírica do Instrumento (Pasquali, 1996), foram então realizados os procedimentos de análise fatorial exploratória para cada subgrupo de itens separadamente.

#### 4.1. Subgrupo “Preocupação com os riscos alimentares”

Para validação dos itens para o instrumento “PREOCUPAÇÃO” foi inicialmente avaliada a fatorabilidade dos itens, utilizando como indicativos o KMO e o teste de esfericidade de Bartlett (Hair *et al*, 2005). O KMO obtido foi de 0,789 e o teste de Bartlett foi significativo (365,806,  $p = 0,000$ ).

Posteriormente, então, procedeu-se a análise fatorial exploratória, dos principais componentes. A análise do *scree plot* revelou a possibilidade de consideração de 1 a 4 fatores. Entretanto, optou-se pela forma de um fator apenas, tendo em vista o critério teórico e a porcentagem de variância explicada. Foram então retidos os 12 itens da escala inicial, os quais apresentaram carga fatorial acima de 0,30, sendo o total de itens responsável por 39,36% da variância explicada.

Assim, a escala pode ser nomeada como “Fatores que mais preocupam com relação a possíveis riscos nos próprios hábitos alimentares”, sendo seus itens direcionados para a explicação da preocupação que os consumidores têm com o próprio comer, conforme observado na tabela 02:

**Tabela 02 - Carga fatorial dos itens da escala**

Itens	Carga fatorial
Pre ocupaComGordInSaturadasOuTrans	,580
Pre ocupaCom Transgênicos	,301
Pre ocupaCom Processados	,549
Pre ocupaCom Vigilância Sanitária	,548
Pre ocupaCom Rotulagem Inadequada	,564
Pre ocupaCom Qualidade Ingredientes	,745
Pre ocupaCom Elementos Tóxicos	,699
Pre ocupaCom Ausencia Organicos	,669
Pre ocupaCom Indice Açucars	,757
Pre ocupaCom Falta De Informação	,715
Pre ocupaCom Uso Do Sal	,751
Pre ocupaCom Diet Light	,486

Fonte: Análise da pesquisa (SPSS)

Após a análise fatorial exploratória, foi analisada a consistência interna da escala, com a utilização do coeficiente Alfa de Cronbach, sendo obtido o valor de 0,851, índice considerado satisfatório e que não poderia ser melhorado pela retirada de qualquer item da escala. Os valores de Alpha variam de 0 a 1. Valores acima de 0.7 são aceitáveis e superiores a 0.9 excelentes (Hill & Hill, 2000).

#### 4.2. Subgrupo “Riscos percebidos nos Alimentos”

Em seguida foram realizados os procedimentos visando a análise fatorial exploratória do fator inicialmente nomeado como “RISCOS”. A análise da fatorabilidade dos itens foi realizada com a utilização do KMO e do teste de Bartlett. O KMO obtido foi abaixo do considerado satisfatório (0,639), indicando que o tamanho da amostra não foi suficiente para tal análise, motivo pelo qual deve haver precaução na interpretação dos resultados. Contudo, o teste de Bartlett foi significativo (910,350;  $p < 0,000$ ), mostrando-se positivo para a fatorabilidade dos itens.

Apesar do KMO baixo, foi realizada a análise fatorial exploratória do tipo ‘principais componentes’. A forma mais adequada da escala, considerando o máximo de variância

explicada e o mínimo de fatores, foi a de dois fatores, que juntos explicaram 37,82% da variância observada.

Na tabela 03 são apresentadas as cargas fatoriais de cada item nos dois fatores.

**Tabela 03 - Carga fatorial dos itens em cada fator**

Itens	Carga fatorial	
	Fator 1	Fator 2
RiscosNosRefrigerantesDietsLights	0,781	
RiscosNosRefrigerantesNormais	0,717	
RiscosSucosIndustrializados	0,646	
RiscosArrozBranco	0,559	
RiscosSalgadinhosESnacks	0,555	
RiscosCongeladosProntos	0,537	
RiscosFeijão	0,535	
RiscosAlimentosProntos	0,530	
RiscosOvos	0,518	
RiscosAlimentosIntegrais	0,498	
RiscosFrutas		0,710
RiscosDerivadosLeite		0,705
RiscosCarnesBrancas		0,611
RiscosVerdurasELegumes		0,600
RiscosCarnesVermelhas		0,563
RiscosFrios		0,521
RiscosPeixesSalgados		0,502
RiscosNosAlimentosFuncionais		0,431

Fonte: Análise da pesquisa (SPSS)

Após o procedimento de análise fatorial exploratória foi analisada a consistência interna de cada fator, com utilização do coeficiente Alfa de Cronbach.

Assim no fator 1, foi obtido o índice de 0,843 e no fator 2 o alfa foi de 0,738, índices considerados satisfatórios. O item “riscos embutidos” (ou seja, que buscava compreender os riscos associados aos alimentos como salsichas, linguiças, e semelhantes) foi retirado da escala por não ter apresentado carga fatorial igual ou superior a 0,30 em nenhum dos dois fatores. A escala Riscos ficou então composta por dois fatores, denominados doravante como “fator 1” e “fator 2”.

#### 4.3. Subgrupo “Consumo”

Finalmente foram realizados os procedimentos de análise fatorial exploratória para o conjunto de itens “CONSUMO”. O KMO obtido foi de 0,752 e o teste de esfericidade de Bartlett foi significativo (576,949;  $p < 0,000$ ), índices adequados para os procedimentos de análise fatorial.

A análise fatorial dos principais componentes foi rodada, sendo indicada uma estrutura ideal de dois fatores para a escala, que juntos explicaram 41,37% da variância observada, conforme tabela 04.

**Tabela 04 - Carga fatorial dos itens nos dois fatores da escala “Consumo”**

Itens	Carga Fatorial	
	Fator 1	Fator 2
ConsumoSalgadinhosESnacks	,792	
ConsumoAlimentosProntos	,744	
ConsumoRefrigerantesNormais	,742	
ConsumoAlimentosProntosCongelados	,727	
ConsumoEmbutidos	,647	
ConsumoFrios	,592	
ConsumoPeixesSalgados	,538	
ConsumoCarnesVermelhas	,533	
ConsumoSucosIndustrializados	,472	
ConsumoRefrigerantesDietLight	,428	
ConsumoDerivadosLeite		,701
ConsumoFeijão		,698
ConsumoFrutas		,693
ConsumoArrozBranco		,581
ConsumoOvos		,545
ConsumoVerdurasLegumes		,544
ConsumoAlimentosFuncionais		,507
ConsumoCarnesBrancas		,390

Fonte: Análise da pesquisa (SPSS)

Os dois fatores apresentaram coeficientes Alfa de Cronbach satisfatórios (0,835 para o fator 1 e 0,705 para o fator 2). Entretanto, no fator 1, tal índice foi obtido após exclusão do item “consumo de alimentos integrais”, que influenciava negativamente a consistência interna do fator. A Escala Consumo ficou composta por 2 fatores, doravante denominados como “fator1” composto por dez itens, “fator 2” composto por oito itens.

## **5. Os registros a partir da observação participante**

Sobre a abordagem, devemos dizer que a realização das entrevistas não foi um procedimento de fácil aplicação, posto que os indivíduos se mostraram bastante refratários a interagirem com estranhos, ainda que devidamente identificados. A

alegação era sempre quase sempre a mesma, como “falta de tempo”, “não vou me demorar aqui” ou, ainda, “não vim fazer compras”. A aplicação da pesquisa em ambiente não controlado mostrou que o instrumento é um pouco extenso, e a administração do tempo da pesquisa era fundamental, posto que no final as pessoas poderiam se tornar impacientes.

Merece destaque a relevância da lista de compras. Aqueles que a seguiam, como no caso de filhas(os) que seguiam a lista da mãe, ou de cônjuges, por exemplo, não tinham uma opinião muito cristalizada a respeito dos riscos nos itens investigados. Isso nos leva a pensar em realizar pesquisas futuras contemplando o autor das listas de compras, e não necessariamente os compradores de supermercados.

Outra questão reforça a própria justificativa deste projeto, pois o campo apontou a necessidade da formulação do conceito de “risco”. “Risco”, tal qual “consumo”, é um termo elusivo, que sugere diversos significados. Da mesma forma, as pontas objetivas e subjetivas que nos diz Poulain & Proença (2003) merecem ser melhor observadas quando percebemos que os produtos de desconfiança existem em abundância, mas nem sempre isso se constitui em corte do consumo, o que provoca uma tensão permanente e inerente às práticas de compra e de consumo no lar. Alguns entrevistadores registraram situações nas quais o informante criticava um produto, como, por exemplo, o medo de consumir produtos congelados, mas abasteciam seus carrinhos de compra com estes mesmos produtos.

A equipe também observou, visivelmente, uma possível correlação onde os mesmos respondentes que se preocupavam com os riscos do sal também se preocupavam com os riscos em consumir alimentos ricos em açúcar nos alimentos. Ao responder o questionário, estes respondentes sempre queriam justificar e contextualizar suas respostas.

Assim como a análise do SPSS evidencia, uma linha de produto merece investigação à parte, ou seja, os integrais, pois alguns respondentes pareciam não ter opinião formada por não comprarem e/ou consumirem o produto com a justificativa de serem mais caros. Contudo, grande parte explicava a opção pelo consumo do leite integral, mas, como capturávamos as representações, aceitamos as respostas declaradas pelos informantes neste item.



Muitos comentários também foram elaborados sobre os alimentos perecíveis, como os frios, indicando uma intensa desconfiança dos informantes com as condições de armazenamento e conservação das lojas. Na contextualização, presunto e mortadela eram muito citados como produtos que estragam rápido, com validade curta, e os respondentes tinham medo de serem “enganados” pelo estabelecimento com a venda de produtos vencidos. Nesse sentido, a aparência dos produtos é o mecanismo de defesa contra uma compra indesejada.

Observamos que alguns respondentes sentem-se gratificados com espaços de supermercados amplos e com grande variedade de produtos, ainda que eles mesmos reconheçam em seus discursos que levam quase sempre o mesmo conjunto de itens para casa, o que sugere aprofundarmos as investigações sobre gostos e escolhas, e como o mix de produtos é definido.

#### **4 – Conclusões**

O objetivo do presente estudo foi o desenvolvimento de um instrumento para mensuração dos riscos associados aos alimentos comprados em supermercados. Os procedimentos de análise fatorial exploratória revelaram que na verdade podem ser considerados três instrumentos independentes: o primeiro, nomeado “Preocupação”, é uma escala unifatorial composta por 12 itens, que mede o grau com o qual o comprador se preocupa com o consumo de alimentos comprados em supermercados.

O segundo instrumento nomeado “Riscos” é composto por dois fatores, que ainda devem ser denominados a partir da ampliação da base da pesquisa. No momento, suspeitamos que a cisão em dois fatores decorre de uma possível classificação associada à perecibilidade dos alimentos, onde o “Fator 1” estaria associado aos itens de maior durabilidade e possibilidade de conservação, e o “Fator 2” estaria associado aos itens mais perecíveis.

Finalmente, o terceiro instrumento nomeado “Consumo” também é uma escala bifatorial, cujos fatores ainda não foram eficazmente denominados. Nossos estudos apontam, contudo, que o “Fator 2” está mais presente no prato do brasileiro, ratificando as pesquisas de Livia Barbosa sobre o comer e a forte tradição do feijão com arroz e seus acompanhamentos. Há, contudo, que se compreender a presença dos alimentos

funcionais nesse grupo, e como são percebidos. Já o “fator 1” agrupa alimentos presentes na dieta familiar, mas com menos regularidade.

Os resultados obtidos no presente estudo indicam a adequação dos três instrumentos para mensuração da relação percepção de riscos, preocupação e consumo de alimentos comprados em supermercados. Entretanto, estudos adicionais são requeridos para melhor avaliação dos instrumentos, tanto em relação a sua validade interna como de sua validade externa, a ser inferida a partir da relação com outras variáveis.

A ampliação da base de respondentes permitirá a emergência de subgrupos de consumidores a partir das diversas elaborações de riscos, bem como das tensões que enfrentam no comer em casa e das relações com os supermercados, como é possível observar no mecanismo de confiança do “face a face” que tenta dirimir o medo que advém do que está oculto no armazenamento das lojas dos produtos perecíveis. Pode-se dizer, contudo, que existem diferentes percepções de risco, que futuramente possam ser categorizadas. Ainda de forma embrionária, suscitamos a possibilidade de classificar o risco funcional (alimentos que por sua natureza podem apresentar problemas a partir do consumo), e o risco psicológico (o temor de comprar um alimento sem as condições mínimas de segurança), entre outras possibilidades de categorização. É possível pensar, portanto, de que forma se constroem os elementos da confiança no varejo a partir das práticas de consumo, que possam estar distribuídos em fatores ligados ao autor da decisão de confiar e/ou em fatores situacionais que tem a ver com os aspectos da configuração vivenciada e da qualidade do relacionamento entre supermercados e compradores, fazendo com que os consumidores, em caso de dúvida sobre o item a ser adquirido, considerem, também, os itens de valor agregado como sortimento e limpeza das lojas, apresentação dos produtos, e demais itens a serem melhor considerados.

A investigação da percepção de riscos, da preocupação e do consumo de alimentos comprados em supermercados a partir de uma metodologia quantitativa permitirá a realização de estudos visando atingir grandes grupos, bem como relacionar tais fenômenos com outras variáveis que vêm sendo investigadas no contexto da sociologia e da antropologia do consumo.

## Referências Bibliográficas

AZEVEDO, E. Riscos e Controvérsias no processo de construção do conceito de Alimentação Saudável: o caso da soja – Florianópolis, 2009. 187f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BARBOSA, L. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. Revista Horizonte antropológico. Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2007.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997, pp. 11-71.

\_\_\_\_\_. *La sociedad del riesgo global*. Madrid, Siglo Vientiuno de España Editores. 2002.

BONI, V., QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

FLEXOR, G. “A Globalização do Sistema Agroalimentar e seus Desafios para o Brasil”. Economia-Ensaio, Uberlândia: 63-95, jul/dez-2006.

\_\_\_\_\_. “A globalização do varejo e seus impactos no Brasil: o caso do WAL-MART”. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 2007.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A. e TURNER, J. (ogs). Teoria Social Hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GUIVANT, Julia. (2001), “A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia”. Estudos Sociedade e Agricultura, 16: 95-112.

GUIVANT J., SPAARGAREN G., RIAL C. Novas práticas alimentares no mercado global (ORG.) – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010. 334p.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W. C. (2005) Análise multivariada de dados. 5ª ed. São Paulo: Bookman.

HILL, M., HILL, A. (2000). Investigação por Questionário. Lisboa: Edições Sílabo

IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – conceitos e definições. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/conceitos.shtm>

IPEA. disponível em [http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td\\_0600.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0600.pdf)

LEVY, M; WEITZ, B. Administração de Varejo. São Paulo: Atlas, 2000.

LIEN, Marianne Elisabeth; NERLICH, Brigitte. The politics of food. New York: Berg, 2004.

MENASCHE, R. Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ufrgs. 287f. Tese de Doutorado em Antropologia Social. 2003.

MILLER, D. Teoria das compras. O que orienta as escolhas dos consumidores. São Paulo: Nobel, 2002.

OOSTERVEER, P., GUIVANT J.S., SPAARGAREN, G. “Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica”. In: Guivant, J. Spaargaren, G. Rial, C. (Org.). Novas práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2010.

PASQUALI, L. (Org.). Instrumentos Psicológicos: Manual Prático de Elaboração. Brasília-DF, 1999. LABPAM/IBAPP.

- POLLAN, M. O dilema do omnívoro. Afragide: Publicações Dom Quixote, 2009. 432 p.
- PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo, Ed. Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. Sociabilidade, confiança e consumo na feira de produtos orgânicos. In: “Usos Sociais do Consumo: Práticas de Consumo e Novas Sociabilidades”, organizado por Livia Barbosa, Letícia Veloso e Fátima Portilho, em 2009.
- PORTILHO, Fátima ; BATISTA, C. ; GALINDO, Flavia . Consumo e Meio Ambiente: Como a Educação Ambiental Brasileira aborda essa relação?. In: V ENANPPAS, 2010, Florianópolis. Anppas 10 anos: avaliando os desafios teóricos e as novas agendas públicas, 2010.
- POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. Revista de Nutrição Rev. Nutr., Campinas, 16(4):365-386, out./dez., 2003
- POULAIN, JEAN-PIERRE. Sociologias da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.
- SANTOS, J. C. ; SOUZA, M. A. ; GALINDO, F . Desenvolvimento e Validação de um Instrumento de Avaliação da Qualidade das Escolas Públicas da Cidade do Rio de Janeiro: Uma Proposição de Avaliação Interna.. In: III EnAPG, 2008, Salvador. III EnAPG, 2008.
- WARDE, Alan. Introduction to the sociology of consumption. Sociology (Special Edition: The sociology of consumption). Vol. 24, N° 1, February 1990, pp.01-04.
- \_\_\_\_\_. Consumption, food and taste: culinary antinomies and commodity culture. London, Sage, 1997.
- \_\_\_\_\_. Consumption and theories of practice. Journal of Consumer Culture. Vol. 5(2): 131-53, 2005.
- WARDE, A. *et al.* Changes in the practice of eating: a comparative analysis of time-use. Acta Sociologica. 2007. Disponível para download em: <http://asj.sagepub.com/cgi/content/abstract/50/4/363>.
- WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda. Relatório Final de Pesquisa. Série Antropologia – 20. Brasília, UnB, 1978. (Disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/Serie20empdf.pdf> - acessado em abril de 2009).